



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - BACHARELADO EM GEOGRAFIA

**A MULTIFUNCIONALIDADE E AS ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS NOS
ESPAÇOS RURAIS DOS MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO DE
DESENVOLVIMENTO RURAL (EDR) DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP)**

MILENA LABÉ FERREIRA

PRESIDENTE PRUDENTE

2024

MILENA LABÉ FERREIRA

**A MULTIFUNCIONALIDADE E AS ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS NOS
ESPAÇOS RURAIS DOS MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO DE
DESENVOLVIMENTO RURAL (EDR) DE PRESIDENTE PRUDENTE(SP)**

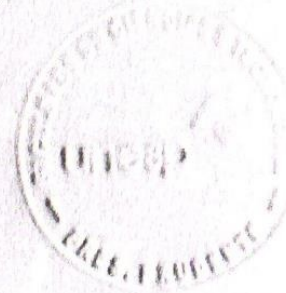
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho” (UNESP) Faculdade de Ciências e
Tecnologia (FCT), Campus Presidente Prudente,
para a obtenção do título de Bacharela em
Geografia.

Orientado pela Prof.^a. Dr^a. Rosangela Aparecida de
Medeiros Hespanhol

PRESIDENTE PRUDENTE

2024

F383m	Ferreira, Milena Labé A multifuncionalidade e as atividades não-agrícolas nos espaços rurais dos municípios do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Prudente (SP) / Milena Labé Ferreira. -- Presidente Prudente, 2024 46 p. : tabs. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente Orientadora: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol 1. Multifuncionalidade. 2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 3. EDR de Presidente Prudente. I. Título.
-------	--



DECLARAÇÃO

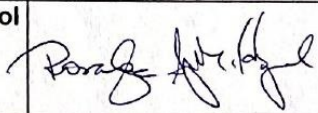
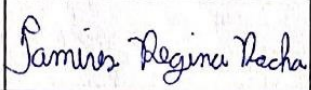
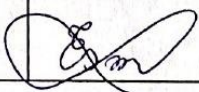
Eu, Profª Drª Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, declaro que a aluna **Milena Labé Ferreira**, _____, cumpriu, sob minha orientação, 180 horas de Estágio Supervisionado e Trabalho de Graduação do Curso de Bacharelado em Geografia, desta Faculdade.

Título de Monografia: ***"A Multifuncionalidade e as Atividades Não-Agrícolas nos Espaços rurais dos Municípios do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Prudente."***

A Monografia foi apresentada, em defesa pública, no dia **07 de dezembro de 2024**, às 08h30min, na Sala de Reuniões do Departamento de Geografia.

Após as arguições e defesa do(a) candidato(a), eu, mais os membros da banca arrolados abaixo, atribuímos a nota 9,5 (9,5).

Presidente Prudente, 07 de dezembro de 2024.

BANCA AVALIADORA	ASSINATURAS
Profª Drª Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol (Orientadora)	
Tamires Regina Rocha	
Emanuela Sanches Moreira	

Dedico este trabalho à minha avó e segunda mãe, que sempre me apoiou. Sei que ela deve estar muito orgulhosa, mesmo agora fazendo morada naquela estrelinha brilhante no céu.

AGRADECIMENTOS

Gostaria, primeiramente, de agradecer a Deus por me dar a oportunidade, a sabedoria e o suporte para ter chegado até aqui. A minha família, minha mãe Andreza Ianai Labé Ferreira e meu pai Claudio Roberto Ferreira, que sempre fizeram de tudo para me proporcionar a melhor educação, e que me apoiaram em todo o processo, juntamente a eles agradeço minha irmã Manuela Labé Ferreira.

Ao meu namorado Murilo Thomazin Cirino que acompanhou, acreditou e torceu por mim durante todo o processo. A minha avó Maria Adaiza Limeira (*in memoriam*) que sempre acreditou muito no meu potencial, e infelizmente não está mais aqui para acompanhar essa conclusão, mas sei que onde ela está, ficará muito orgulhosa. A minha avó Francisca Correia Ferreira, que sempre vibra e se alegra com todas as minhas conquistas.

Além disso gostaria de agradecer aos meus amigos, em especial a Letícia Pazin Bonfim, Giovanna Aparecida Souza Angeli e Beatriz Souza Araújo que sempre me ouviram e me aconselharam desde o início da graduação.

Gostaria de agradecer a Prof.^a Dr. Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol, por todo o apoio e ensinamentos durante essa caminhada conjunta desde 2021.

Aos meus colegas do GEDRA, grupo de pesquisa que faço parte e aos professores do Curso de Geografia que fizeram parte desses cinco anos, e me proporcionaram o acesso a diversas oportunidades e conhecimentos, me permitindo chegar aqui. Passamos por adaptações com a realização do ensino remoto no período da pandemia, mas sempre nos auxiliaram durante todo o processo, sou imensamente grata por cada um.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa de iniciação científica, que permitiu o desenvolvimento da pesquisa, na qual o presente trabalho foi baseado.

*Um arquiteto de sonhos
Engenheiro do futuro
Um motorista da vida
dirigindo no escuro
Um plantador de esperança
plantando em cada criança
um adulto sonhador
e esse cordel foi escrito
porque ainda acredito
na força do professor.*

Bráulio Bessa

RESUMO

A MULTIFUNCIONALIDADE E AS ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS NOS ESPAÇOS RURAIS DOS MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL (EDR) DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP)

Em decorrência da grande modernização pela qual o meio rural brasileiro foi submetido após 1960, os pequenos produtores começaram a encontrar dificuldades em acompanhar tal processo e passaram a buscar alternativas para complementar a sua renda, sendo uma delas a adoção das atividades não agrícolas. Neste trabalho, analisamos como essas atividades não-agrícolas encontram-se nos 21 municípios que integram o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Prudente. Buscamos compreender também se as funções ambiental, social, econômica e de segurança alimentar, que estão contempladas na noção de multifuncionalidade, estão presentes de forma direta ou indireta nos 17 ODS. Para tanto, realizamos levantamento bibliográfico; levantamento de dados de fontes secundárias, como os Levantamentos Censitários de Unidades Agropecuárias do Estado de São Paulo (LUPA) dos anos de 2007/2008 e 2016/2017; e realizamos entrevistas com o diretor técnico do EDR de Presidente Prudente e com uma membra do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente (CMDR) para entender melhor de que maneira essas atividades estão presentes nos municípios que integram o Escritório de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente.

Palavras-chaves: *Multifuncionalidade; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; EDR de Presidente Prudente; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente (CMDR); Levantamento Censitário de Unidades Agropecuárias do Estado de São Paulo (LUPA)*

ABSTRACT

THE MULTIFUNCTIONALITY AND THE NON-AGRICULTURAL ACTIVITIES IN RURAL AREAS OF THE MUNICIPALITIES OF THE RURAL DEVELOPMENT OFFICE (EDR) OF PRESIDENTE PRUDENTE (SP)

As a result of the modernization process in the Brazilian rural area during the 1960s, small farmers had to seek alternatives to supplement their income as they faced difficulties keeping up with such developments. One of these alternatives was the adoption of non-agricultural activities. In this study, we analyze how these non-agricultural activities are presented in the 21 municipalities that comprise the Rural Development Office of Presidente Prudente (EDR) and whether the environmental, social, economic, and food security functions are directly or indirectly addressed within the 17 Sustainable Development Goals (SDGs), as they embody the concept of multifunctionality. To reach our goals, a literature review and a secondary data analysis were conducted, such as the Agricultural Unit Census Surveys of the State of São Paulo (LUPA) data from 2007/2008 and 2016/2017. Additionally, we interviewed the technical director of Presidente Prudente Rural Development Office and a member of the Municipal Council for Rural Development of Presidente Prudente (CMDR) to gain a clearer insight into how these activities are displayed in the municipalities that comprise the Rural Development Office of Presidente Prudente.

Keywords: *Multifunctionality; Non-agricultural activities; Sustainable Development Goals; EDR of Presidente Prudente; Municipality of Presidente Prudente; Municipal Council for Rural Development of Presidente Prudente (CMDR); Census Survey of Agricultural Units in the State of São Paulo (LUPA)*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ilustração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável -----	17
Figura 2 - Divisão do estado de São Paulo nos 40 EDRs -----	20
Figura 3 - Localização dos municípios pertencentes ao EDR de Presidente Prudente --	21
Figura 4 - Gráfico dos principais cultivos realizados nas UPAs dos municípios do EDR de Presidente Prudente nos anos de 2007/2008 e 2016/2017 -----	22
Figura 5 - Gráfico da área cultivada dos principais cultivos no EDR de Presidente Prudente -----	22
Figura 6 - Gráfico das principais atividades pecuárias desenvolvidas nas Upas dos municípios do EDR de Presidente Prudente nos anos de 2007/2008 e 2016/2017 -----	23
Figura 7 - Gráfico da quantidade de cada uma das principais atividades pecuárias realizadas no EDR de Presidente Prudente (por cabeça) -----	24
Figura 8 - Imagem de divulgação do programa Cacau São Paulo-----	29
Figura 9 - Imagem de divulgação do Projeto Queijo Artesanal do Pontal do Paranapanema-----	31
Figura 10 - Panorama mundial do desenvolvimento do ODS 02 -----	40
Figura 11 - Panorama mundial do desenvolvimento do ODS 10 -----	41
Figura 12 - Panorama mundial do desenvolvimento do ODS 12 -----	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Unidades de Produção Agropecuária que desenvolviam atividades não-agrícolas nos anos de 2007/2008 e 2016/2017 -----	25
Tabela 2 - Número de municípios pertencentes ao EDR de Presidente Prudente em que as atividades não-agrícolas se faziam presentes nos anos de 2007/2008 e 2016/2017 -----	26

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação dos ODS no Brasil em 2022 -----	32
Quadro 2 - Classificação dos ODS no Brasil em 2023 -----	33

Quadro 3 - Tendência dos ODS para os próximos anos no Brasil no relatório de 2023--	35
Quadro 4 - Classificação dos indicadores dos ODS no Brasil -----	36
Quadro 5 - Atualizações dos indicadores dos ODS no período de 2017 a 2024 -----	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EDR – Escritório de Desenvolvimento Rural -----	13
LUPA – Levantamento Censitários de Unidades Agropecuárias do Estado de São Paulo-	13
ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável -----	13
ONU – Organização das Nações Unidas -----	13
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura -----	14
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica -----	18
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -----	18
CIC – Congresso de Iniciação Científica da Unesp -----	18
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -----	19
CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural -----	19
UPA - Unidades de Produção Agropecuária -----	20
CDRS - Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável -----	19
CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral -----	20
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -----	20
FEAP - Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista -----	20
BANAGRO - Banco do Agronegócio Familiar -----	20
QAP - Queijo Artesanal do Pontal do Paranapanema -----	30

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 JUSTIFICATIVA	13
1.1.1 O que é a multifuncionalidade dos Espaços Rurais	13
1.1.2 O que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas (ONU)	16
1.2 OBJETIVOS	18
1.2.1 Objetivo Geral	18
1.2.2 Objetivos Específicos	18
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA E EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	19
4. RESULTADOS	24
4.1 A presença das atividades não-agrícolas nos municípios do Escritório de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente (EDR)	24
4.2 Entrevistas com atores sociais do EDR de Presidente Prudente	27
4.2.1 Diretor Técnico do Escritório de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente (EDR)	27
4.2.2 Membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente (CMDR)	29
4.3 Como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão no Brasil	31
4.4 A presença da multifuncionalidade e das atividades não-agrícolas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
6. REFERÊNCIAS	43
7. APÊNDICE	45

A Multifuncionalidade e as Atividades Não-Agrícolas nos Espaços Rurais dos Municípios do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Prudente (SP).

1. Introdução

O presente trabalho de conclusão de curso visa abordar sobre a presença da multifuncionalidade e das atividades não-agrícolas nos municípios do Escritório de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente (EDR), e para além buscaremos tecer uma análise a respeito da forma com que podemos encontrar essas atividades dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) criados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em conjunto com seus mais de 190 (cento e noventa) países membros.

Para isso utilizamos os dados do Levantamento Censitários de Unidades Agropecuárias do Estado de São Paulo (LUPA) dos anos de 2007/2008 e 2016/2017, do Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2022 e 2023 e por fim dos Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para complementarmos os dados coletados e a bibliografia utilizada como base e entender melhor a realidade dos municípios pertencentes ao EDR realizamos duas entrevistas, a primeira com o diretor técnico do EDR de Presidente Prudente, e a segunda com uma membra do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente (CMDR).

1.1 Justificativa

O presente trabalho assume a importância de apresentar as atividades não-agrícolas como uma alternativa principalmente para os pequenos produtores rurais desenvolverem com o intuito de complementar a sua renda. Visamos também demonstrar a importância do desenvolvimento dessas atividades para a sociedade civil, e para os governos municipais e estadual.

Para além, buscamos analisar se os ODS contemplam de alguma maneira a multifuncionalidade e as atividades não-agrícolas, buscamos como meio para isso a utilização das quatro funções definidas por SOARES (2000/2001, p.42). Objetivando assim um desenvolvimento sustentável, com ações que estejam de encontro com a conservação ambiental, e com desenvolvimento social e econômico.

1.1.1 O que é a multifuncionalidade dos Espaços Rurais

Primeiramente é importante definirmos o que são os espaços rurais. Há diversas correntes que tentam definir cada uma a seu modo, o que é o espaço rural, mas é importante

ressaltar que ele vai muito além das questões demográficas e da presença ou não de ações da sociedade que caracterizam o meio urbano. De maneira geral, estes espaços abrangem os aspectos físicos, humanos e sociais de maneira complexa, relacionando-se entre si.

O espaço rural caracteriza-se historicamente pelo cultivo de espécies vegetais e a criação de animais, ou seja, atividades relacionadas ao setor primário, ações essas desenvolvidas em áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos, mas que atualmente não se restringem apenas à essas ações, pois temos a presença de atividades relacionadas aos setores secundários e terciários como veremos a seguir.

Para além, é importante ressaltar que é essencial não tratarmos o meio rural como atrasado em relação ao urbano, cada um desempenha um papel fundamental e essencial para com o outro. O meio rural também deve ser visto como um ambiente de luta, altamente influenciado pelos fatores sociais e econômicos, além de possuir grandes desigualdades, fatores esses que podem ser observados a partir de uma análise crítica do meio rural.

Como definir o meio rural de maneira a levar em conta tanto a sua especificidade (isto é, sem encarar seu desenvolvimento como sinônimo de “urbanização”), como os fatores que determinam sua dinâmica (isto é, sua relação com as cidades)? Os impactos políticos da resposta a esta pergunta teórica e metodológica são óbvios: se o meio rural for apenas a expressão, sempre minguada, do que vai restando das concentrações urbanas, ele se credencia, no máximo, a receber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza. Se, ao contrário, as regiões rurais tiverem a capacidade de preencher funções necessárias a seus próprios habitantes e às cidades — mas que estas próprias não podem produzir — então a noção de desenvolvimento poderá ser aplicada ao meio rural. (Abramovay, 2000, p. 3)

Dessa forma, entendemos que o meio urbano é onde tivemos o processo de urbanização, com uma dinâmica entre os fixos e os fluxos que culminam na realidade das cidades atuais, considerando suas especificidades, como localização, número de habitantes, relevância regional, entre outros.

Já a multifuncionalidade se caracteriza pelas novas funções que passaram a ser atribuídas aos espaços rurais, carregando consigo o objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável. Nessa perspectiva, há a integração entre atividades agrícolas, sendo estas o cultivo direto do solo, com o objetivo da produção de alimentos e de matérias primas, e as atividades não-agrícolas, correspondendo a diversas atividades desenvolvidas no meio rural que estejam ligadas ao lazer, à alimentação, às indústrias/agroindústrias familiares, ao turismo, entre outras.

A FAO¹, que considera as múltiplas funções da agricultura e das terras com vistas a definir políticas de desenvolvimento que assegurem a sustentabilidade da

agricultura e do desenvolvimento rural a longo prazo. A centralidade conferida à agricultura nos documentos da FAO vem acompanhada de proposições tais como a de sistemas integrados de atividades agrícolas e não-agrícolas. (Maluf, 2002, p.307)

Tais mudanças ocorreram em decorrência da modernização que houve no meio rural principalmente após a década de 1960, período este que ficou conhecido como “Revolução Verde”, correspondendo a um “pacote tecnológico” que foi aplicado no campo, trazendo consigo a mecanização da agricultura, a utilização de novos insumos agrícolas, como os agrotóxicos e as sementes geneticamente modificadas, além disso implementou-se também práticas de novas técnicas agrícolas.

Todas essas mudanças criaram a necessidade da realização de grandes investimentos em novos produtos, maquinários e mão de obra especializada, dificultando assim o acesso para os pequenos produtores rurais, que além disso, encontram dificuldade em acessar as políticas públicas voltadas para o acesso ao crédito rural, que historicamente favorecem mais os grandes produtores. A partir disso, podemos observar que essa modernização ocorreu de maneira desigual, sem considerar as necessidades, principalmente dos pequenos produtores rurais. Conforme Balsan (2006, p.125) “As transformações no campo ocorrem, porém, heterogeneamente, pois as políticas de desenvolvimento rural, inspiradas na “modernização da agricultura”, são eivadas de desigualdades e privilégios.”

O conceito de multifuncionalidade iniciou-se na Europa, sendo que a França foi um dos primeiros países a reconhecer e implementar políticas públicas a respeito, porém isso se encerrou em 2002 quando um novo governo assume o poder, e não dá a mesma ênfase para essa questão. A discussão sobre a multifuncionalidade está atrelada com o crescimento no desenvolvimento de atividades não agrícolas no meio rural, que por sua vez estão ligadas às oportunidades da acumulação no sistema capitalista

A utilização do termo multifuncionalidade para o conjunto de outras funções além da própria produção agropecuária realizada nos espaços rurais, é relativamente recente em termos institucionais, pois teve início no ano de 1992, quando ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), no Rio de Janeiro. Nessa reunião, houve diversas discussões que visavam promover um desenvolvimento econômico levando em consideração quatro aspectos: o meio ambiente, a segurança alimentar, o desenvolvimento por meio da sustentabilidade e a análise da questão social

Com isso, Soares (2000/2001, p.42) nos apresenta as quatro funções chaves da multifuncionalidade, sendo elas:

1. **Segurança alimentar:** os pequenos produtores deveriam ter a garantia de alimentação para ele e para sua família, havendo a possibilidade de comercialização do que for considerado como excedente para auxiliar na sua renda monetária;
2. **Ambiental:** devem ser priorizadas o desenvolvimento de atividades que busquem promover a conservação do meio ambiente e dos recursos naturais de maneira geral;
3. **Econômica:** proporcionando aumento na geração de renda e de trabalho, como consequência há uma diminuição no êxodo rural, pois o trabalhador não vê mais a necessidade de sair de sua propriedade em direção ao meio urbano com o intuito de buscar novas ocupações como complemento para a sua renda;
4. **Social:** promover um maior acesso à terra, e dessa forma buscar uma diminuição das desigualdades sociais.

O presente trabalho de conclusão de curso, busca analisar a presença das atividades não-agrícolas nos 21 municípios que fazem parte do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Prudente, com destaque para Presidente Prudente. Ao se confirmar tal presença, desenvolvemos análises críticas sobre de que forma são desenvolvidas, e outros aspectos importantes relacionados ao tema. Buscaremos também compreender como essas atividades possuem relação com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização Mundial das Nações Unidas (ONU).

1.1.2 O que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas (ONU)

No ano de 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU), idealizou uma proposta para a criação da Agenda 2030, sendo que no período de 15 anos, todos os países membros deveriam se empenhar para atingir o desenvolvimento sustentável, contando para isso com um esforço conjunto entre empresas, instituições e sociedade civil, dos países que compõem a organização.

Essa proposta surgiu após um processo que se iniciou em 2013 e teve a duração de dois anos, em que ele era coordenado pela ONU, e recebiam contribuições dos governos, da sociedade civil, das instituições de pesquisa e de empresas privadas, que realizavam tais ações por meio de uma plataforma chamada de "My World".

A partir dessas contribuições foram criados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), onde os principais desafios presentes no mundo deveriam ser superados até 2030, em busca do desenvolvimento sustentável.

Figura 1 - Ilustração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Grupo de Trabalho da sociedade civil para a agenda de 2030 do desenvolvimento sustentável

A figura 1 nos apresenta o portfólio que foi utilizado para divulgar essa ação global conjunta. Dessa forma os 17 ODS são:

1. Erradicação da pobreza;
2. Fome zero e agricultura sustentável;
3. Boa saúde e bem-estar;
4. Educação de qualidade;
5. Igualdade de gênero;
6. Água limpa e saneamento;
7. Energia acessível e limpa;
8. Trabalho decente e crescimento econômico;
9. Indústria, inovação e infraestrutura;
10. Redução das desigualdades
11. Cidade e comunidades sustentáveis
12. Consumo e produção responsáveis
13. Ações contra a mudança global do clima
14. Vida na água
15. Vida na terra
16. Paz, justiça e instituições eficazes
17. Parcerias e meio de implementação

A partir de ações conjuntas, todos esses objetivos deveriam, teoricamente, serem alcançados em todos os locais do mundo. No decorrer deste trabalho, vamos apresentar como

estão os indicadores de progresso dos ODS no Brasil e analisar aqueles que podemos relacionar com as funções da multifuncionalidade.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do trabalho é analisar a presença das atividades não-agrícolas nos 21 municípios que compõem o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Prudente e de que forma essas atividades são realizadas e se estão relacionadas aos ODS.

1.2.2 Objetivos Específicos

- ❖ Compreender como as atividades não-agrícolas são desenvolvidas nos municípios que integram o EDR de Presidente Prudente;
- ❖ Verificar se houve a presença e o crescimento das atividades não-agrícolas e, em caso afirmativo, quais fatores e/ou motivos contribuíram para isso;
- ❖ Identificar a presença das funções da multifuncionalidade e as atividades não-agrícolas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

2. Procedimentos Metodológicos

O presente trabalho de conclusão de curso é resultado de uma pesquisa desenvolvida durante três anos, compreendendo o período de setembro de 2021 a agosto de 2024 por meio da bolsa de iniciação científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os resultados parciais da pesquisa foram apresentados nos Congressos de Iniciação Científica da Unesp (CIC) dos anos de 2022, 2023 e 2024. Além disso, no ano de 2023, a aluna foi selecionada pela unidade para apresentar seu trabalho na Segunda Fase do Congresso de Iniciação Científica da Unesp, que aconteceu no mês de novembro de 2023 em Atibaia (SP).

Em termos metodológicos, a pesquisa se caracterizou como qualitativa, embora dados quantitativos também tenham sido utilizados nas análises de modo crítico. De acordo com Demo (2008):

O qualitativo aponta para dinâmicas mais caóticas e produtivas, enquanto o quantitativo para outras mais apaziguadas, replicativas.... Regra importante é sempre mesclar dados quantitativos com qualitativos, numa ressonância mútua bem orquestrada (Demo, 2008, p.22).

Para auxiliar na elaboração deste trabalho foram levantadas referências bibliográficas sobre a multifuncionalidade; as atividades não-agrícolas e os ODS, isto por meio de plataformas virtuais, e posteriormente analisadas para dar embasamento teórico para as análises desenvolvidas. Em um segundo momento foram levantados dados referentes ao ano de 2022 e 2023 do Relatório de Desenvolvimento Sustentável, no portal da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) e do portal dos Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Governo Federal a partir dos dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que, posteriormente foram sintetizados e esquematizados no formato de tabelas. Esses dados foram descritos e interpretados de maneira crítica por parte da aluna e registrado no presente trabalho.

Posteriormente foram coletados, sistematizados em tabelas e gráficos, e analisados os dados do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (Portal LUPA) dos anos de 2007/2008 e 2016/2017 a fim de identificar a presença das atividades não-agrícolas.

Além disso, foram elaborados os roteiros de entrevistas (que constam no Apêndice deste trabalho) que foram aplicados ao diretor-técnico do EDR de Presidente Prudente, e a uma membra do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR).

O contato com o diretor-técnico e com a membra do CMDR foram realizados via Whatsapp, por intermédio da orientadora, sendo previamente agendado o dia para a realização da entrevista de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Ambas as entrevistas foram realizadas no dia 19 de agosto de 2024, com o objetivo de entender a realidade e as ações que estão sendo desenvolvidas no EDR de Presidente Prudente, além de relacionar as funções da multifuncionalidade com essas ações e com os ODS.

3. Caracterização da Área de Pesquisa e a evolução das atividades agropecuárias

A área de estudo escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa, corresponde a região de atuação do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Prudente, sendo este composto por 21 municípios: Alfredo Marcondes; Álvares Machado; Anhumas; Caiabu; Emilianópolis; Estrela do Norte; Iepê; Indiana; João Ramalho; Martinópolis; Nantes; Narandiba; Pirapozinho; Presidente Bernardes; Presidente Prudente; Rancharia; Regente Feijó; Sandovalina; Santo Expedito; Taciba e Tarabai.

O estado de São Paulo é dividido em 40 EDRs (Figura 2), sendo que estes fazem parte da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) e da Coordenadoria de

Assistência Técnica Integral (CATI), que são mantidos pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de São Paulo. Dentro dos EDR, temos a presença das Unidades de Produção Agropecuária (UPA).

Figura 2 – Regionalização do Estado de São Paulo de acordo com a assistência técnica e extensão rural dos EDRs

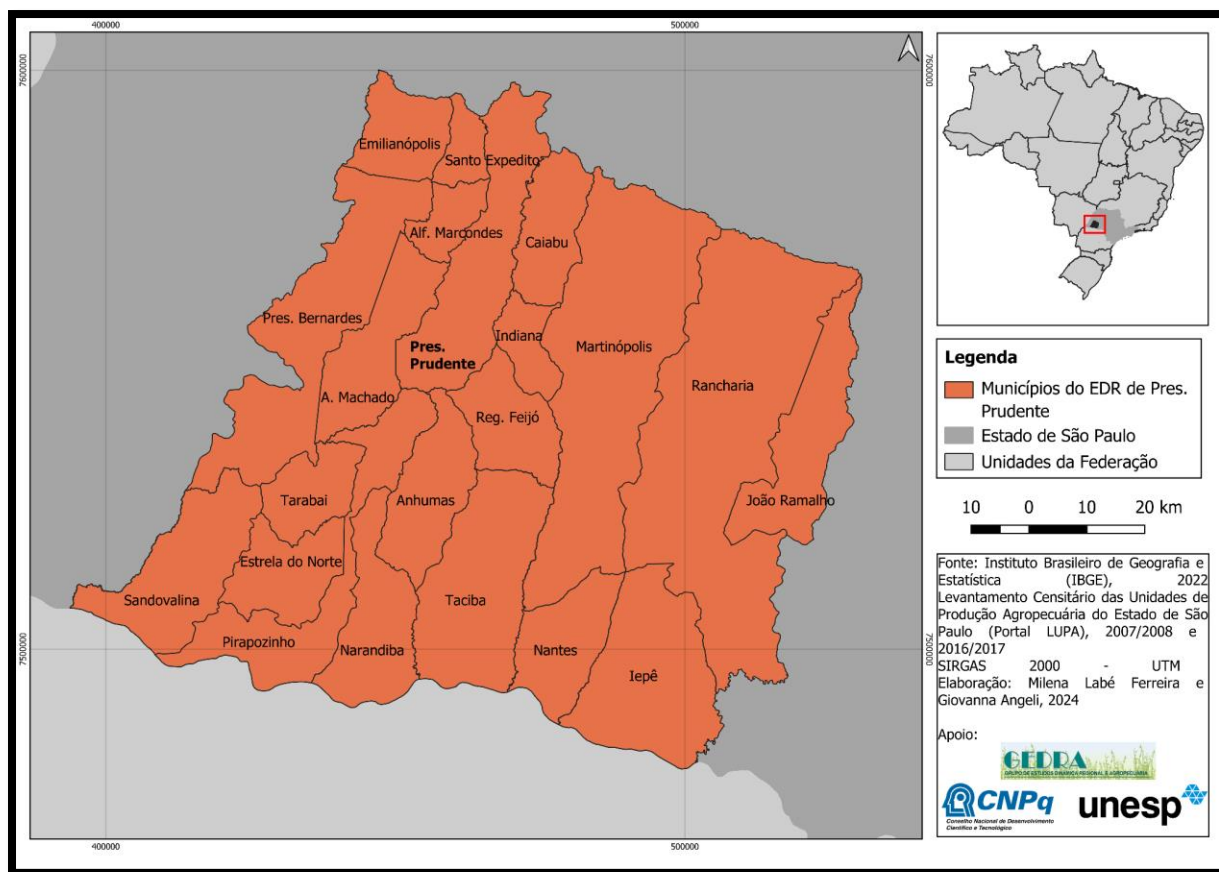


Fonte: Portal LUPA

O principal objetivo dessas instituições é promover o desenvolvimento rural sustentável atendendo às necessidades dos produtores rurais. A prioridade de incentivo da instituição é o atendimento realizado com pequenos produtores que desenvolvem a agricultura familiar, auxiliando-os por meio da disponibilização de assistência técnica e também da capacitação dos produtores, para que consigam promover o desenvolvimento rural sustentável, além de apresentar os programas de crédito rural, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) e o Banco do Agronegócio Familiar (BANAGRO).

A seguir temos um mapa de localização dos municípios pertencentes ao EDR de Presidente Prudente.

Figura 3 - Localização dos municípios pertencentes ao EDR de Presidente Prudente



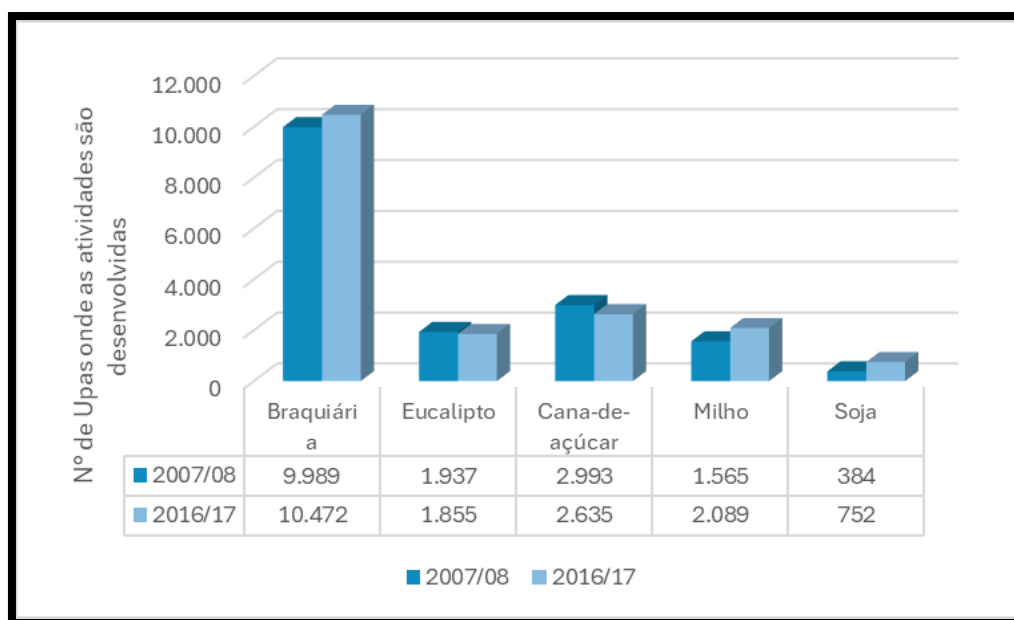
Elaboração: Milena Labé Ferreira e Giovanna Angeli (2024).

A região do Oeste Paulista é historicamente conhecida por sua participação durante o ciclo cafeeiro no estado de São Paulo, da cana-de-açúcar e do algodão, muito influenciado pela construção da Estrada de Ferro Sorocabana.

Atualmente, na região, os principais plantios realizados são: cana-de-açúcar; milho; eucalipto; soja e batata doce, além da presença da pecuária.

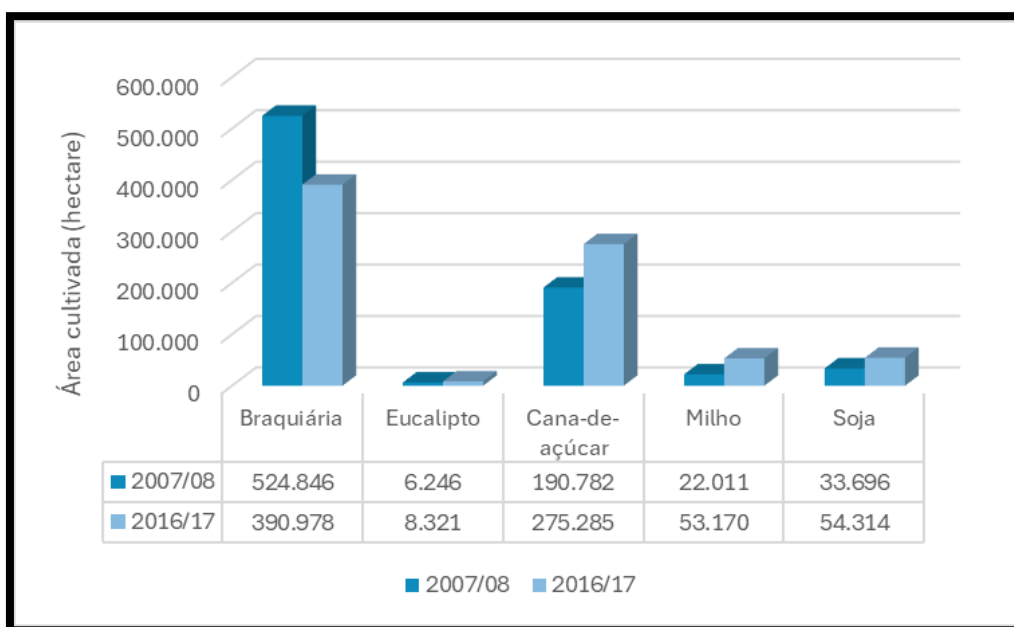
A seguir temos quatro gráficos (figuras 4,5, 6 e 7) que mostram os principais cultivos e atividades pecuárias realizadas nos municípios que compõem o EDR de Presidente Prudente a partir dos dados coletados no Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (Portal LUPA) dos anos de 2007/2008 e 2016/2017.

Figura 4 - Principais cultivos realizados, segundo o número de UPAs, do EDR de Presidente Prudente nos anos de 2007/2008 e 2016/2017.



Fonte: Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária o Estado de São Paulo (Portal LUPA) dos anos de 2007/2008 e 2016/2017
Elaboração: Milena Labé Ferreira (2024)

Figura 5 - Área cultivada dos principais cultivos no EDR de Presidente Prudente



Fonte: Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária o Estado de São Paulo (Portal LUPA) dos anos de 2007/2008 e 2016/2017
Elaboração: Milena Labé Ferreira (2024)

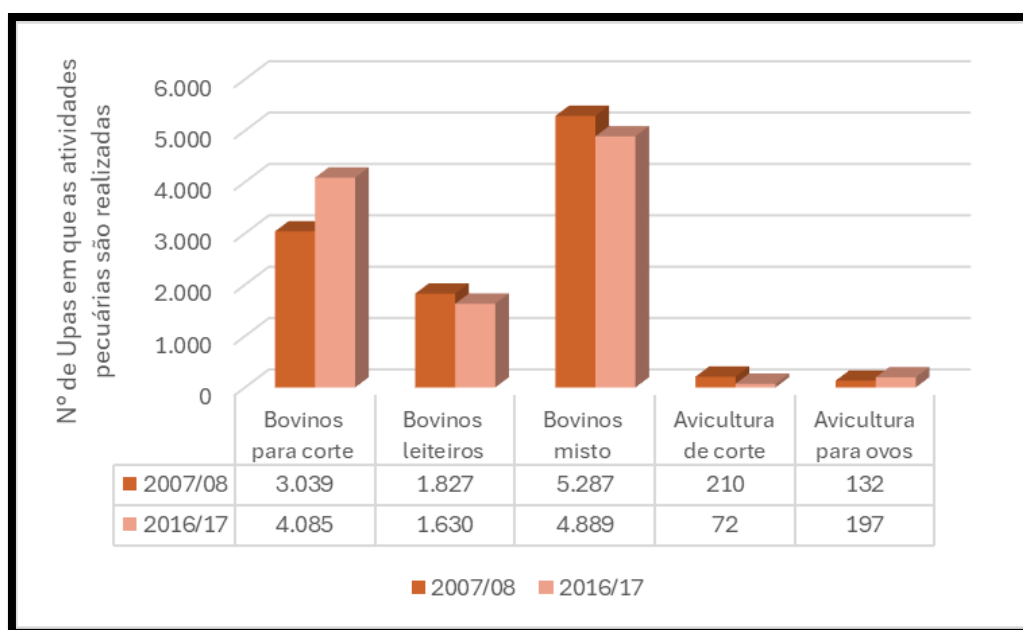
Analisando as figuras 4 e 5, podemos observar que quando tratamos a respeito da braquiária que é utilizada, tanto por pequenos quanto por grandes produtores rurais, apesar de ter sofrido um aumento no número de UPAs que realizam seu cultivo (figura 4), quando

observamos a área cultivada (figura 5) notamos uma considerável diminuição de 133.868 hectares. Quando analisamos a produção do eucalipto o cenário se inverte, pois houve uma diminuição de 82 UPAs que realizam seu cultivo, porém a área cultivada aumentou, subindo em 2.075 hectares. Isso se mantém quando observamos os dados a respeito da cana-de-açúcar, pois houve uma diminuição de 358 unidades, em contrapartida a área cultivada aumentou em 84.503 hectares, tal crescimento está diretamente ligado ao avanço da plantação de cana pelo Oeste Paulista.

Já o milho e a soja, mantiveram um crescimento tanto no número de upas (figura 4) quanto na área cultivada (figura 5). O milho teve um crescimento de 524 UPAs, e mais que dobrou a sua área de cultivo, subindo de 22.011 para 53.170 hectares. A soja também sofreu um aumento expressivo, tanto no número de upas, quanto na área cultivada, com um aumento de 368 unidades, e 20.618 hectares. Ambos os aumentos estão totalmente correlacionados com o avanço do agronegócio na região do EDR de Presidente Prudente.

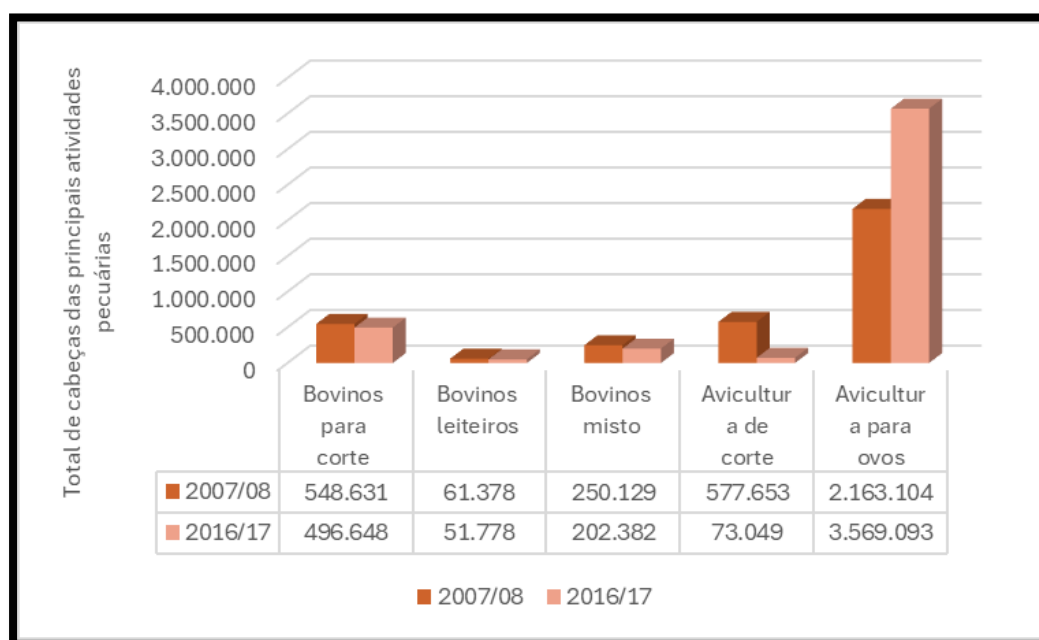
As Figuras 6 e 7 representam as principais atividades pecuárias realizadas no EDR de Presidente Prudente nos anos de 2007/2008 e 2016/2017

Figura 6 - Gráfico das principais atividades pecuárias desenvolvidas nas UPAs dos municípios do EDR de Presidente Prudente nos anos de 2007/2008 e 2016/2017



Fonte: Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária o Estado de São Paulo (Portal LUPA) dos anos de 2007/2008 e 2016/2017
Elaboração: Milena Labé Ferreira (2024)

Figura 7 - Quantidade de cada uma das principais atividades pecuárias realizadas no EDR de Presidente Prudente (por cabeça)



Fonte: Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária o Estado de São Paulo (Portal LUPA) dos anos de 2007/2008 e 2016/2017
Elaboração: Milena Labé Ferreira (2024)

Ao analisarmos as figuras 6 e 7, podemos observar um cenário majoritariamente de redução. Analisando a atividade desenvolvida de bovinos para corte houve um aumento de 1.046 no número de UPAs (figura 6), porém o número de cabeças sofreu uma redução de 51.983 cabeças. As atividades pecuárias desenvolvidas para bovinos leiteiros, bovinos misto e avicultura para corte sofreram diminuição, tanto no número de UPAs, quanto na quantidade de cabeças. Já quando observamos a atividade de avicultura para ovos, ocorreu um aumento em ambos, subindo de 132 UPAs para 197 (figura 6) e de 2.163.104 cabeças para 3.569.093 cabeças (figura 7), sendo assim o crescimento mais expressivo.

4. Resultados

4.1 A presença das atividades não-agrícolas nos municípios do Escritório de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente (EDR)

Diante do que foi exposto anteriormente, buscamos analisar a presença das atividades não-agrícolas no EDR de Presidente Prudente de maneira geral (tabela 1), e nos 21 municípios que o compõem (tabela 2). Para isso utilizamos os dados do Levantamento Censitário das

Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (Portal LUPA) dos anos de 2007/2008 e 2016/2017, que foram sistematizados em duas tabelas.

Tabela 1 – EDR de Presidente Prudente: Número de Unidades de Produção Agropecuária que desenvolviam atividades não-agrícolas nos anos de 2007/2008 e 2016/2017.

Atividade não-agrícola	Nº de upas que realizavam em 2007/08	Nº de upas que realizavam em 2016/17
Esporte e Lazer	40	43
Extração Mineral	4	7
Hotel Fazenda, pousada ou SPA	5	11
Pesque-Pague	14	28
Restaurante ou Lanchonete	14	30
Transformação Artesanal	12	16
Turismo Rural ou Ecoturismo	2	10
Outras Atividades	49	79
Total	140	224

Fonte: Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária o Estado de São Paulo (Portal LUPA) dos anos de 2007/2008 e 2016/2017

Elaboração: Milena Labé Ferreira, 2024

A partir dos dados apresentados, podemos observar que houve aumento no número de unidades que realizam as atividades não-agrícolas quando comparamos os dois levantamentos, algumas com crescimentos mais consideráveis, tais como: as atividades de Pesque-Pague que aumentaram de 14 unidades para 28, ou seja, um aumento de 100%; Restaurantes ou Lanchonetes que ampliaram de 14 unidades, para 30, sendo um aumento de 16 UPAs; outra atividade que teve um aumento bem expressivo foi a do Turismo Rural ou Ecoturismo que subiu de 2 unidades para 10, aumentando cinco vezes a quantidade no período analisado. Já algumas atividades tiveram crescimentos menos expressivos como Esporte e Lazer, com o aumento de apenas 3 unidades, indo de 40 para 43; e a atividades de Extração Mineral, subindo de 4 unidades para 7, um aumento também de apenas 3 UPAs.

Além dos dados em relação ao EDR de Presidente Prudente de maneira geral e as UPAs, temos também os dados em relação a cada um dos vinte e um municípios que compõem o respectivo EDR, que foram sistematizados na tabela 2.

Tabela 2 - Número de municípios pertencentes ao EDR de Presidente Prudente em que as atividades não-agrícolas se faziam presentes nos anos de 2007/2008 e 2016/2017.

Atividade não-agrícola	Nº de municípios em 2007/08	Nº de municípios em 2016/17
Esporte e Lazer	12	13
Extração Mineral	4	6
Hotel Fazenda, pousada ou SPA	5	8
Pesque-Pague	8	10
Restaurante ou Lanchonete	8	11
Transformação Artesanal	2	3
Turismo Rural ou Ecoturismo	2	8

Outras Atividades	13	13
Total	54	72

Fonte: Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária o Estado de São Paulo (Portal LUPA) dos anos de 2007/2008 e 2016/2017

Elaboração: Milena Labé Ferreira, 2024

Seguindo o padrão da tabela 1, houve aumento no número de municípios em todas as categorias de atividades analisadas nos levantamentos, sendo a mais expressiva o crescimento que ocorreu na atividade de Turismo Rural ou Ecoturismo, subindo de dois (2) municípios (Presidente Prudente e Álvares Machado), para oito (8), mantendo os dois anteriores em que a atividade já era encontrada, e adicionado outros seis (6) municípios (Iepê; João Ramalho; Nantes; Narandiba; Pirapozinho e Rancharia). A atividade que é encontrada no maior número de municípios corresponde a Esporte e Lazer, ela teve um pequeno aumento em relação ao primeiro levantamento, adicionando dois (2) municípios, pois houve a saída do município de Anhumas, totalizando 13, sendo eles: Presidente Prudente; Álvares Machado; Caiabu; Estrela do Norte; Indiana; João Ramalho; Martinópolis; Nantes; Pirapozinho; Rancharia; Regente Feijó; Santo Expedito e Tarabai, e os novos municípios foram Pirapozinho e Santo Expedito.

4.2 Entrevistas com atores sociais do EDR de Presidente Prudente

Foram realizadas duas entrevistas previamente agendadas com o Diretor Técnico do EDR de Presidente Prudente e com uma membra atuante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR). Ambos os contatos foram realizados pelo Whatsapp, com intermédio da orientadora, e o agendamento foi realizado de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Com o objetivo de entender a realidade e as ações que estão sendo desenvolvidas no EDR de Presidente Prudente, além de relacionar as funções da multifuncionalidade com essas ações e com os ODS.

4.2.1 Diretor Técnico do Escritório de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente (EDR)

A primeira entrevista foi realizada no dia 19 de agosto de 2024, às 08:00 na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), com o diretor técnico do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Prudente.

No primeiro momento, o entrevistado ressaltou quais são as principais ações desenvolvidas pelo escritório, sendo elas: auxílio aos produtores rurais que não possuem acesso a determinados recursos, proporcionando acesso às políticas públicas, o mesmo menciona como exemplo o enquadramento de produtores no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), sendo este na esfera federal, com o objetivo de proporcionar juros mais atrativos e apoio financeiro nas atividades agropecuárias que são desenvolvidas por meio da mão de obra familiar; e no Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - O Banco do Agronegócio Familiar (Feap/Banagro), sendo desenvolvido pelo governo estadual, com o objetivo de prestar apoio financeiro em programas e projetos do Estado de São Paulo aos agricultores e pecuaristas, proporcionando a aquisição de equipamentos, auxílio com serviços ambientais, facilidades financeiras por meio de financiamento, empréstimos e redução dos juros.

Ao ser questionado a respeito das atividades não-agrícolas, o entrevistado afirmou que elas não são o foco da coordenadoria, e que poucas ações desenvolvidas contemplam tais atividades. Mas, o entrevistado afirmou que, na região do EDR, a que se destaca seria o turismo local, e menciona alguns exemplos como: no município de Narandiba, onde há uma rota de colheita de uvas e café colonial; no município de Alfredo Marcondes, temos uma rota para observação do cacau, mini fazenda e café colonial. Além disso, ele ressaltou a presença das cavalgadas em nossa região e o turismo ecológico realizado no Morro do Diabo no município de Teodoro Sampaio. O entrevistado mencionou também alguns projetos que estão sendo estudados para que sejam desenvolvidos na região, como o Projeto Cacau (Figura 8)

Entre seus objetivos, o Programa Cacau SP visa estabelecer protocolos para evolução da cacauicultura no Estado de São Paulo e otimizar esforços nas mais diferentes linhas de atuação:

- pesquisa e desenvolvimento, assistência técnica e extensão rural, associativismo/cooperativismo, além de parcerias entre instituições públicas e privadas. Além disso, visa revigorar o cultivo de cacau no Sistema Cabruca Paulista (plantio de mudas de cacau em meio à vegetação nativa) no Vale do Ribeira e litoral;
- implementar o cultivo de cacau integrado com outras culturas frutíferas como banana, açaí, abacate etc., e com espécies madeiras de interesse econômico;
- Fazer cultivo a pleno sol e em faixas intercalares com nativas, para fins de recomposição da Reserva Legal de imóveis com passivo ambiental. Além da possibilidade para heveicultores, o Programa Cacau SP traz também oportunidade para outros perfis de produtores rurais interessados na diversificação das culturas produtivas de sua propriedade. (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral do Estado de São Paulo)

Figura 8 - Imagem de divulgação do programa Cacao São Paulo



Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral do Estado de São Paulo

Uma questão levantada durante a entrevista foi com relação a atualização dos dados do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (Portal LUPA), pois a coleta de dados é realizada pelos membros da CATI. O entrevistado afirmou que não sabe se será realizada essa atualização, pois já está muito próximo, seguindo o padrão do levantamento de ser atualizado, em média, a cada 10 anos, a próxima atualização deveria sair em 2026. O entrevistado afirmou que não há incentivo e nem auxílio por parte do governo estadual em realizar a atualização, e este é um levantamento que demanda tempo para ser realizado, portanto, ainda é incerto se essa atualização será feita.

Quando perguntado se há alguma relação das ações desenvolvidas pela coordenadoria com os ODS, o diretor explica que há uma presença indireta, pois dentro de alguns objetivos é possível encontrar ações que alinham com o desenvolvimento ambiental, econômico e social consciente, ainda acrescenta que as reuniões durante a realização da Rio+10 e Rio+20 utilizaram indicadores socioeconômicos criados pela CATI.

4.2.2 Membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente (CMDR)

A entrevista foi realizada também no dia 19 de agosto de 2024, às 10:00 na sede do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente (CMDR) que se localiza no Centro de Exposições de Presidente Prudente.

No primeiro momento, a entrevistada explicou de que forma o conselho desenvolve suas ações. Ela explicou que são realizadas cerca de três ou quatro reuniões por ano, tendo como principal ação a realização de um fórum de desenvolvimento rural sustentável. A cada ano, o conselho tem um tema para direcionar suas ações, sendo que no ano de 2023 o tema

escolhido foi inovações tecnológicas na horticultura. Para o ano de 2024, o conselho escolheu trabalhar com a regularização sustentável, proporcionando aos agricultores maior conhecimento das ações necessárias para seguirem a legislação ambiental.

Os projetos que são propostos pela prefeitura municipal passam pelo conselho, sendo este composto por representantes de diferentes instituições, tais como: Secretaria de Agricultura; Departamento de Água e Esgoto; CATI; Bancos; Faculdades; entre outros. Além disso, temos a presença de sete associações de produtores rurais, sendo estes: Bairro Aeroporto; Fazenda São José; Timburi; Monte Alto; Cooperativa da Agricultura Familiar; Propriedade de Produtores Rurais e Propriedades de Produtores de Batata doce.

Quando questionada sobre a discussão ou a implementação de ações para favorecer a presença das atividades não-agrícolas no conselho, a entrevistada afirma que não se faz presente, e que quando algum produtor necessita de alguma informação dessa área, ele é orientado a buscar com a Secretaria de Turismo do município. A entrevistada afirmou que entende essas atividades como algo promissor, principalmente entre os pequenos produtores rurais. Mas, para isso é necessário que haja mudanças, tanto na mentalidade e conhecimento dos produtores, quanto de incentivo do poder público.

Ela ressalta que houve tentativa de desenvolver uma atividade voltada para as atividades não-agrícolas nos anos de 2018/2019 a partir do Programa Queijo Artesanal do Pontal do Paranapanema (QAP) (Figura 9), que tinha por objetivo agregar valor ao leite e transformar a região em uma produtora de queijos de qualidade, a partir da capacitação dos produtores que durou cerca de 5 meses, houve aulas práticas e teóricas. Mas, infelizmente, o projeto não teve continuidade. A entrevistada afirma que ele foi barrado pelo governo estadual, pois não havia incentivo para a realização do programa, além disso houve problemas também com a legislação sanitária.

Figura 9 - Imagem de divulgação do Projeto Queijo Artesanal do Pontal do Paranapanema



Fonte: Portal Cidade de Presidente Prudente

As atividades não-agrícolas presentes são desenvolvidas por meio da iniciativa privada, ou seja, não há participação do poder público. Ela cita como exemplo o Recanto Rural de Anhumas, e os Pesque-pague, com isso ressalta também que é mais fácil desenvolver tais atividades nos pequenos municípios do entorno do que em Presidente Prudente, pois segundo ela, há dificuldade dos produtores do município em “sair da mesmice”, ou seja, entender que há diversas outras atividades que podem ser desenvolvidas por eles, que vão além da agricultura e da pecuária, e que ainda pode proporcionar a complementação de sua renda.

Quando perguntada a respeito da relação com os ODS, a entrevista disse que não há uma relação direta, mas que a mentalidade dos produtores rurais está sendo lentamente alterada, sendo incentivada pelo governo o desenvolvimento de ações voltadas para a agricultura sustentável, porém apesar do incentivo, ainda há grandes dificuldades, como por exemplo em adquirir o selo orgânico e o acesso a crédito e as informações.

4.3 Como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) encontram-se no Brasil

Como foi dito anteriormente, o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável, deve ser um esforço conjunto e global, e para analisarmos como está o panorama geral dos objetivos, com destaque para a realidade brasileira, e além disso buscarmos identificar a presença da multifuncionalidade a partir das quatro funções definidas por Soares (2000/2001, p.42), utilizamos os dados presentes no Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2022 e 2023, que foram baseados nos dados apresentados pela Organização das Nações Unidas.

Elaboramos dois quadros com os dados de como cada objetivo se encontra no Brasil nos anos de 2022 e 2023, o relatório classifica os objetivos em quatro níveis, sendo eles: ODS

alcançado; desafios permanecem; desafios significativos permanecem e grandes desafios permanecem.

Quadro 1 - Classificação dos ODS no Brasil em 2022

Nível em que o ODS se encontra no Brasil	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
ODS alcançado	7. Energia limpa e acessível
Desafios permanecem	1. Erradicação da pobreza
	4. Educação de qualidade
	6. Água potável e saneamento
	13. Ações contra a mudança global do clima
	17. Parcerias e meios de implementação
Desafios significativos permanecem	2. Fome zero e agricultura sustentável
	3. Saúde e bem-estar
	5. Igualdade de gênero
	9. Indústria, inovação e infraestrutura
	11. Cidades e comunidades sustentáveis
	12. Consumo e produção responsável
Grandes desafios permanecem	8. Trabalho decente e crescimento econômico
	10. Redução das desigualdades
	14. Vida na água

15. Vida na terra
16. Paz, justiça e instituições eficazes

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2022
 Elaboração: Milena Labé Ferreira, 2024

Quadro 2 - Classificação dos ODS no Brasil em 2023

Nível em que o ODS se encontra no Brasil	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
ODS alcançado	7. Energia limpa e acessível
	17. Parcerias e meios de implementação
	4. Educação de qualidade
Desafios permanecem	6. Água potável e saneamento
	11. Cidades e comunidades sustentáveis
	13. Ações contra a mudança global do clima
	1. Erradicação da pobreza
	2. Fome zero e agricultura sustentável
Desafios significativos permanecem	3. Saúde e bem-estar
	5. Igualdade de gênero
	8. Trabalho decente e crescimento econômico
	9. Indústria, inovação e infraestrutura
	10. Redução das desigualdades

12. Consumo e produção responsável	
Grandes desafios permanecem	14. Vida na água
15. Vida na terra	
16. Paz, justiça e instituições eficazes	

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2023
Elaboração: Milena Labé Ferreira, 2024

A partir dos dados apresentados nos quadros 1 e 2, podemos observar que apenas dois objetivos foram considerados como alcançados em 2023 (Quadro 2), sendo eles: ODS 7 (Energia limpa e acessível) e o ODS 17 (Parcerias e meios de implementação). Quando comparamos com os dados de 2022, podemos observar um pequeno avanço, pois anteriormente apenas o ODS 7 era classificado como alcançado no Brasil (Quadro 1).

Quando analisamos a segunda classificação (desafios permanecem), temos a presença de quatro objetivos em 2023 (Quadro 2), sendo eles: ODS 4 (Educação de qualidade); ODS 6 (Água potável e saneamento); ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima). Quando comparamos com os dados coletados anteriormente, no ano de 2022 (Quadro 1), tivemos algumas mudanças, pois os ODS 11, 17, avançaram de classificação, os ODS 4, 6 e 13 permaneceram e o ODS 1 regrediu.

Na terceira classificação (desafios significativos permanecem), quando comparamos os quadros 1 e 2, podemos observar também algumas mudanças, pois anteriormente tínhamos seis objetivos (ODS 2;3;5;9;11 e 12), (Quadro 1), e agora temos nove (Quadro 2), sendo eles: o ODS 1 (Erradicação da pobreza) onde o mesmo retrocedeu, pois anteriormente estava classificado como “desafios permanecem”; ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável); ODS 3 (Saúde e bem-estar); ODS 5 (Igualdade de gênero) e o ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura) permaneceram na mesma classificação e o ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico) que melhorou sua classificação, pois anteriormente estava em “grandes desafios permanecem”.

Por fim, temos a quarta classificação (grandes desafios permanecem) analisando os quadros 1 e 2, anteriormente tínhamos cinco objetivos (ODS 8;10;14;15 e 16), (Quadro 1), atualmente mantemos a mesma quantidade, porém houveram pequenas mudanças, pois agora estão classificados os seguintes objetivos: ODS 10 (Redução das desigualdades), ODS 14 (Vida na água), ODS 15 (Vida na terra), ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) que

permaneceram na mesma classificação, e o ODS 12 (Consumo e produção responsáveis) que regrediu, pois anteriormente era considerado como “desafios significativos permanecem” (Quadro 2)

A seguir, temos o Quadro 3, que nos apresenta a tendência para os próximos anos de cada um dos objetivos no Brasil segundo o levantamento mais recente (2023), sendo também classificados em quatro grupos, que são: “No caminho certo ou mantendo a realização do ODS”; “Pontuação moderadamente melhorando, insuficiente para atingir a meta”; “Pontuação estagnada ou aumentando em menos de 50%” e “Pontuação decrescente”.

Quadro 3 - Tendência dos ODS para os próximos anos no Brasil

Tendências dos ODS para os próximos anos	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
No caminho certo ou mantendo a realização do ODS	13. Ações contra a mudança global do clima
	17. Parcerias e meios de implementação
	3. Saúde e bem-estar
	4. Educação de qualidade
	5. Igualdade de gênero
Pontuação moderadamente melhorando, insuficiente para atingir a meta	6. Água potável e saneamento
	7. Energia limpa e acessível
	8. Trabalho decente e crescimento econômico
	9. Indústria, inovação e infraestrutura
	11. Cidades e comunidades sustentáveis

12. Consumo e produção responsável	
Pontuação estagnada ou aumentando em menos de 50%	1. Erradicação da pobreza
14. Vida na água	
15. Vida na terra	
16. Paz, justiça e instituições eficazes	
Pontuação decrescente	2. Fome zero e agricultura sustentável
10. Redução das desigualdades	

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2023

Elaboração: Milena Labé Ferreira, 2024

No portal do Governo Federal intitulado por “Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, construído a partir de dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo como data da última atualização 29 de Outubro de 2024, com um total de 256 indicadores que correspondem a ações desenvolvidas por diferentes instâncias governamentais, por grupos sociais ou iniciativas privadas, além das análises de aspectos capazes de auxiliar na identificação de como o Brasil está em relação a conclusão dos objetivos. Para isso, foram divididos em quatro grupos: os indicadores que já foram produzidos; os que estão em processo de análise/construção; os que não foram obtidos dados; e os que não se aplicam ao Brasil. Essas informações foram sintetizadas no quadro 4.

Quadro 4 - Classificação dos indicadores dos ODS no Brasil

ODS	Produzidos	Em análise/construção	Sem dados	Não se aplicam ao Brasil	Total
1	7	7	-	-	14
2	8	3	3	-	14
3	17	11	-	-	28

4	5	2	4	1	12
5	4	3	6	1	14
6	11	-	-	-	11
7	5	-	1	-	6
8	9	4	3	-	16
9	10	-	2	-	12
10	11	5	5	-	21
11	9	-	5	-	14
12	5	1	7	-	13
13	5	-	1	2	8
14	3	2	5	-	10
15	8	5	2	-	15
16	9	2	11	2	24
17	6	13	1	4	24

Fonte: Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, IBGE (2024).
Elaboração: Milena Labé Ferreira, 2024

Analisando o Quadro 4, podemos observar que os objetivos que possuem atualmente mais indicadores são: ODS 3 (Saúde e bem-estar), totalizando 28 indicadores; ODS 16 (Paz, justiça, e instituições eficazes) e ODS 17 (Parcerias e meios de implementação) ambos com 24 indicadores; e o ODS 10 (Redução das desigualdades) com 21 indicadores. Em contrapartida, os objetivos com menos indicadores são: ODS 6 (Água potável e saneamento), com 11 indicadores; ODS 14 (Vida na água), com 10 indicadores; ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima) totalizando 8 indicadores e o que se encontra com o menor número, é o ODS 7 (Energia Limpa e acessível) com 6 indicadores.

No Quadro 5, temos o número de vezes que cada indicador dos ODS sofreu atualizações no Brasil, sendo a mais recente tendo ocorrido em 29 de outubro de 2024.

Quadro 5 - Atualizações dos indicadores dos ODS no período de 2017 a 2024

ODS	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
1	-	-	-	-	-	01	03	03
2	-	02	-	01	-	01	-	03
3	-	-	-	-	-	01	01	15
4	-	-	-	-	-	01	01	03
5	-	-	-	-	-	-	01	03
6	-	-	-	01	-	07	02	01
7	01	-	-	-	-	-	-	05
8	-	-	-	-	-		02	07
9	-	01	-	-	-	01	02	06
10	-	-	-	-	-	-	01	03
11	-	01	-	01	-	02	02	03
12	-	-	-	02	-	-	01	01
13	-	-	-	-	-	01	02	01
14	-	-	-	-	-	02	-	01
15	-	-	-	-	01	-	-	03
16	-	-	02	-	-	01	02	04

17	-	-	-	-	-	01	02	03
----	---	---	---	---	---	----	----	----

Fonte: Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, IBGE (2024)
 Elaboração: Milena Labé Ferreira, 2024

Podemos observar que há uma diferença considerável no número de atualizações que ocorreram quando comparamos o período de 2017-2022, em que houve no total vinte e duas (22) atualizações, com 2023-2024, que ocorreram oitenta e sete (87). No ano de 2017 tivemos apenas uma atualização, sendo esta no ODS 7, em 2018 tivemos quatro atualizações, duas no ODS 2 e uma nos ODS 9 e 11, em 2019 o número se mantém baixo, com apenas duas atualizações no ODS 16, cenário que se repete também em 2020 e 2021, com cinco e uma atualização, respectivamente, sendo que em 2020 ocorreram nos ODS 2; 6; 11 e 12, tendo em vista que o ODS 12 sofreu duas atualizações, e em 2021, ocorre apenas uma atualização no ODS 15.

Em 2022 tivemos um aumento considerável na quantidade de atualizações, subindo para dezenove, sendo que sete ocorreram no ODS 6, duas ocorreram nos ODS 12 e 14, e uma ocorreu nos ODS 1;2;3;4;9;13;16 e 17. No ano de 2023, ocorreu mais um aumento, pois houve vinte e duas atualizações, sendo que três ocorreram no ODS 1, duas nos ODS 6;8;9;11;13;16 e 17 e uma nos ODS 3;4;5;10 e 12. Até outubro de 2024, foram realizadas sessenta e cinco atualizações, representando o maior aumento, todos os indicadores sofreram pelo menos uma atualização durante este ano, o ODS 3 passou por quinze atualizações; os ODS 8;9;7 e 16 sofreram 7; 6; 5 e 4 atualizações respectivamente, os ODS 1;2;4;5;10;11;15 e 17 passaram por três atualizações, já os ODS 6;12;13 e 14 receberam apenas uma.

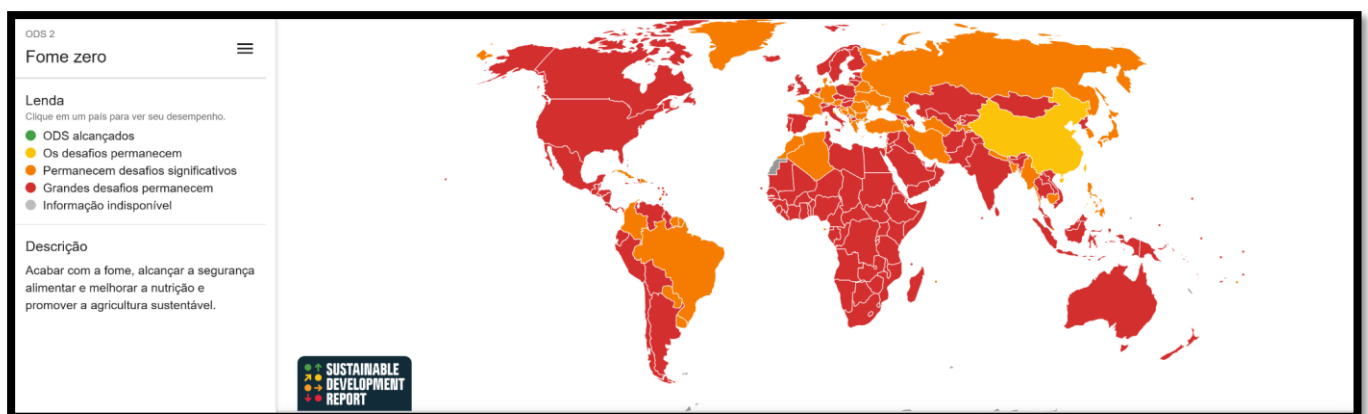
A partir das análises desenvolvidas, podemos inicialmente concluir que ainda há muito o que ser feito com relação ao alcance dos ODS, tanto no Brasil, quanto no cenário mundial. Vale lembrar que inicialmente a meta era alcançar todos esses objetivos até o ano de 2030, mas se mantivermos esse ritmo será improvável que isso ocorra.

4.4 A presença da multifuncionalidade e das atividades não-agrícolas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Analisando os 17 (dezessete) ODS a partir do olhar das funções da multifuncionalidade que foram propostas por Soares (2000/2001 p.42), sendo elas: Função Ambiental; Função Econômica; Função Social e Função de Segurança Alimentar. Com isso, se faz possível identificar a presença da multifuncionalidade e das atividades não-agrícolas de maneira indireta em alguns dos ODS, como por exemplo os ODS 2, 10 e 12.

O ODS 2 trata sobre a Fome Zero e Agricultura Sustentável, possuindo como meta acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição, além de promover a agricultura sustentável. Com isso, podemos relacionar com as funções de segurança alimentar e função ambiental, pois temos a preocupação com o acesso a alimentação nutritiva para todos, e, além disso, se preocupa com o desenvolvimento de ações que busquem menos impactos negativos ao meio ambiente. No Relatório de Desenvolvimento Sustentável temos alguns indicadores que nos mostram como estão cada um dos objetivos na escala mundial, então trazemos na Figura 10 um mapa que se encontra no *site* a respeito da situação do ODS 2 no mundo.

Figura 10 - Panorama mundial do desenvolvimento do ODS 2

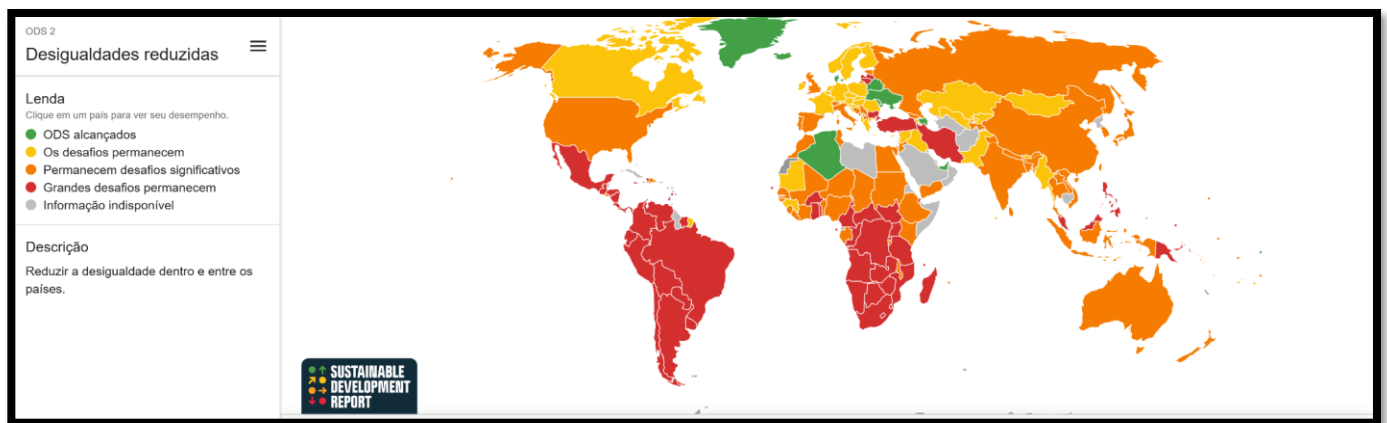


Fonte: Relatório de Desenvolvimento Sustentável (2024)

Podemos observar que há uma grande dificuldade mundial em se alcançar este objetivo (ODS 2). O país que se encontra com melhor desempenho é a China, sendo o único classificado como “Desafios permanecem” todos os demais, em que temos os dados, encontram-se nas classificações de “Desafios significativos permanecem” sendo este o caso do Brasil e de “Grandes desafios permanecem” como por exemplo Estados Unidos, Argentina e Espanha. É importante destacar que a tendência desse objetivo no Brasil teve um retrocesso quando comparamos os dados dos dois levantamentos. Em 2022, estava classificado como “Pontuação estagnada ou aumentando em menos de 50%” e agora encontra-se como “Pontuação decrescente”, portanto é necessária uma maior atenção para o desenvolvimento de ações que auxiliam no alcance desse objetivo, buscando a melhoria na qualidade de vida da população por meio da garantia da segurança alimentar.

Outro objetivo que podemos relacionar com as funções, é o ODS 10, sendo este responsável pela Redução das Desigualdades, que busca reduzir as desigualdades dentro de cada país e entre eles. Dessa forma, podemos relacionar com a função social atribuída à multifuncionalidade, pois ela busca promover maior acesso à terra, gerando uma diminuição das desigualdades sociais. Na figura 11 temos o panorama mundial deste objetivo.

Figura 11 - Panorama mundial do desenvolvimento do ODS 10



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Sustentável (2024)

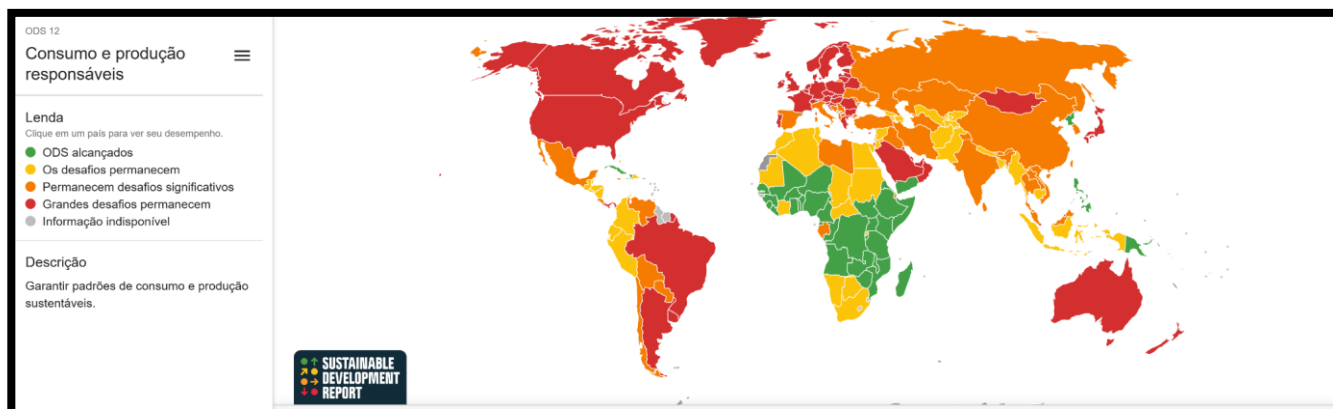
Analisando a figura 11 apresentada, podemos observar que o panorama geral é levemente melhor do que o do ODS 2, pois temos sete países classificados como “ODS alcançado”, sendo eles: Dinamarca; Bielorrússia; Ucrânia; Moldávia; Argélia; Azerbaijão e Emirados Árabes Unidos. Vale ressaltar que a Ucrânia se encontra em conflito com a Rússia o que pode gerar impactos nessa classificação quando ocorrer uma nova atualização do relatório.

Os demais países estão distribuídos entre as outras três classificações, o Brasil encontra-se classificado como “Grandes desafios permanecem”, e quando analisamos a tendência para os próximos anos é provável que se mantenha nesta classificação, tendo em vista que tanto no levantamento de 2022, quanto no de 2023 a tendência estava classificada como “Pontuação decrescente”.

O terceiro objetivo que podemos relacionar com as funções da multifuncionalidade é o ODS 12, sendo este o de “Consumo e produção responsável”, onde o objetivo é garantir padrões de consumo, e da produção sustentável. Dessa forma podemos relacionar também com as funções social e ambiental, pois é apresentado uma preocupação em administrar o consumo e a produção, sem que isso prejudique a questão social e ambiental a partir do uso excessivo

de recursos. Na figura 12 temos o panorama mundial de como está o processo do cumprimento deste objetivo.

Figura 12 - Panorama mundial do desenvolvimento do ODS 12



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Sustentável (2024)

Analisando a figura 12, podemos observar cerca de 34 (trinta e quatro) países que estão classificados como “ODS alcançado”. A maior parte desses países estão localizados no continente africano, os demais países estão classificados em “Os desafios permanecem” como Colômbia, África do Sul e Indonésia, “Desafios significativos permanecem” como é o caso de países como o México, Paraguai e China e, por fim, temos a quarta classificação, “Grandes desafios permanecem”, onde podemos encontrar países como Brasil, Estados Unidos e França, havendo uma concentração de países nessa classificação localizados na Europa e nas Américas.

5. Considerações Finais

Diante de tudo que foi exposto no presente trabalho, podemos concluir que as atividades não-agrícolas estão presentes nos municípios do EDR de Presidente Prudente e, além disso, podemos observar uma tendência de crescimento a partir da comparação dos dados dos levantamentos realizados nos anos de 2007/2008 e 2016/2017.

Analisando os dados sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, e buscando a presença da multifuncionalidade e das atividades não-agrícolas nos mesmos, podemos concluir que a presença é indireta, a partir das quatro funções atribuídas à multifuncionalidade (Função ambiental, Função social, Função econômica e Função de segurança alimentar), principalmente nos ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável), 10 (Redução das desigualdades) e 12 (Consumo e produção responsável). Além disso, é importante ressaltar que a partir dos dados de atualização dos indicadores dos objetivos que

foram apresentados no Quadro 6, podemos concluir que o governo federal atual, encontra-se mais empenhado no desenvolvimento de ações que busquem o alcance dos ODS, tendo em vista que durante o período de 2017-2022 ocorreram apenas vinte e duas (22) atualizações dos indicadores. Em contrapartida, durante o período de dois anos (de janeiro de 2023 a outubro de 2024), o número de atualizações aumentou em quase quatro vezes, subindo para oitenta e sete (87).

Diante de tudo que foi exposto, e com as entrevistas que foram realizadas, podemos concluir que as atividades não-agrícolas não são o foco das ações desenvolvidas pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente (CMDR), mas de alguma forma elas estão presentes, e como disse uma das entrevistadas, há um grande potencial para o desenvolvimento dessas atividades. Porém, para que isso ocorra é necessário que haja uma mudança na mentalidade dos produtores e dos governos municipais, estadual e federal, para auxiliar principalmente os pequenos produtores com o conhecimento de que essas atividades podem ser desenvolvidas, além do aporte técnico e teórico, e das facilitações financeiras para incentivar que tais atividades sejam mais amplamente desenvolvidas

6. Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. FUNÇÕES E MEDIDAS DA RURALIDADE NO DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO. **Ministério Do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Jan, 2000.

BALSAN, Rosane. IMPACTOS DECORRENTES DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA. **Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BRASIL. INDICADORES BRASILEIROS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2024. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese> (Último acesso em 21/03/2024, às 15:50)

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA. In: **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, p. 1-16, 2009.

CONCEIÇÃO, Fabrícia Carlos. MULTIFUNCIONALIDADE E PLURIATIVIDADE RURAL: Uma revisão bibliográfica. **REVISTA TOCANTINENSE DE GEOGRAFIA**. Araguaína v. 10, n. 18. pp. 103-112, 2020.

DEMO, Pedro. PESQUISA SOCIAL. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 11-36, 2008.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/> (Último acesso em 21/03/2024, às 16:00)

MACHADO, Cristiano. A Região produz 123 mi de toneladas de cana-de-açúcar nos últimos dois anos. **O imparcial digital**, Presidente Prudente, 16 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.imparcial.com.br/noticias/regiao-produziu-123-mi-de-toneladas-de-cana-de-acucar-nos-ultimos-2-anos,46371> (Último acesso em 14/11/2024, às 09:00)

MIRANDA, Daniel Aigner. FUNDO DE EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO PAULISTA – O BANCO DO AGRONEGÓCIO FAMILIAR - FEAP/BANAGRO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.agricultura.sp.gov.br/feap> (Último acesso em 23/10/2024, às 10:00)

Objetivos de Desenvolvimento sustentável. **Pacto Global, Rede Brasil**. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/ods> (Último acesso em 27/02/2023, às 16:35)

Programa CACAU SP. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Disponível em: <https://www.cati.sp.gov.br/portal/projetos-e-programas/programa-cacau-sp> (Último acesso em 23/10/2024 às 10:30)

SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/index.php> (Último acesso em 12/11/2024 às 09:30)

SANTOS, Claudilson et al. MULTIFUNCIONALIDADES DO ESPAÇO RURAL E AS PERSPECTIVAS DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL. **18º Congresso Nacional do Meio Ambiente**. 2021.

SANTOS, Eliana Silva. **Políticas públicas e associativismo no espaço rural**: análise comparativa dos resultados do programa microbacias II – acesso ao mercado nos municípios de Rancharia e Dracena (SP). Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências e Tecnologia Campus de Presidente Prudente. 2020.

Secretaria Municipal de Comunicação. O Governo de Prudente lança nesta sexta-feira o Projeto Queijo Artesanal do Pontal - QAP. Cidade de Presidente Prudente. 22 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticia/40772> (Último acesso em 23/10/2024 às 10:35)

SOARES, Adriano C. O. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Revista Proposta**, 87, FASE. Rio de Janeiro, p. 40-49, 2000/2001.

Sustainable Development Report, 2022. Disponível em: <https://dashboards.sdindex.org/>
(Último acesso em 22/03/2024, às 16:00)

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas**. V2, nº2. 2005.

São Paulo. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS/CATI). Campinas, 2021. Disponível em: https://www.forumcampinas.org.br/portfolio_page/cati (Último acesso em 12/11/2024 às 09:10)

7. Apêndice

Roteiros de entrevistas elaborados e aplicados aos entrevistados

- Entrevista realizada com o diretor técnico do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Prudente

Nome:

Idade: _____

Naturalidade: _____

Cargo: _____

Forma de contato: _____

Local e data de contato: _____

Local e data da entrevista: _____

1- Qual é a importância do EDR de Presidente Prudente para o desenvolvimento da agricultura para o município?

2- Quais estão sendo as ações desenvolvidas pelo EDR de Presidente Prudente, principalmente em relação aos pequenos produtores rurais?

3- Quais as ações que estão sendo efetuadas para favorecer ou contribuir para as atividades não-agrícolas desenvolvidas principalmente pelos pequenos produtores? Qual é a sua importância?

4- Há alguma relação entre as ações desenvolvidas pelo EDR de Presidente Prudente com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU?

5- Há alguma fonte de dado de possível acesso às informações das atividades que são desenvolvidas pelos produtores rurais do EDR de Presidente Prudente?

Comentários:

- Entrevista realizada com membra atuante no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) de Presidente Prudente

Nome:

Idade: _____

Naturalidade: _____

Cargo: _____

Forma de contato: _____

Local e data de contato: _____

Local e data da entrevista: _____

1- Qual é a importância do CMDR para o desenvolvimento rural e para os pequenos produtores?

2- Quais ações estão sendo desenvolvidas pelo CMDR? Qual é a maior dificuldade em colocá-las em prática?

3- Quais as ações que estão sendo efetuadas para favorecer ou contribuir para as atividades não-agrícolas desenvolvidas principalmente pelos pequenos produtores? Qual é a sua importância?

4- Como é constituído os membros do CMDR de Presidente Prudente?

5- Há alguma relação entre as ações desenvolvidas pelo CMDR de Presidente Prudente, com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU?

Comentários:
